



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 40/2022

Senhor Presidente, Vereador Wilsinho da Tabu  
Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte e para a Secretaria de Saúde o **pedido de informação** com relação à licitação publicada no DOM do dia 02.02.2022.

EXTRATO DA APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO DJ 047/2019  
Licitação: Concorrência Pública nº 01/2019 Processo Administrativo: 01.005.434.19.89 IJ: 01.2019.2700.0064.03.01  
Contratante: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMOBI.  
Contratada: FRATAR ENGENHARIA CONSULTIVA - EPP- CNPJ: 30.273.024/0001-85 Objeto: Reajuste contratual com fundamento no disposto na Cláusula Sexta do Contrato original e no art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, correspondentes aos percentuais de aplicação do percentual de 10,24% (dez inteiros e vinte e quatro centésimos percentuais), referente ao período acumulado de outubro/2020 a setembro/2021 do índice IPCA/IBGE. Aplicação do percentual de 10,24% (dez inteiros e vinte e quatro centésimos percentuais) sobre o saldo contratual apurado a partir de 03 de novembro de 2021. Dotação Orçamentária: 2700.1100.15.451.062.1.330. 0010.449092.01.00.00  
Valor: O montante acrescido ao Contrato em decorrência do reajuste é de R\$ 46.289,82 (quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos), passando o valor global estimado do instrumento para R\$ 2.379.036,91 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, trinta e seis reais e noventa e um centavos). Quantitativo do Bem Adquirido: Não se aplica. Cronograma de Execução: Não se aplica Justificativa Resumida: O presente aditamento é feito em razão

Gabinete do Vereador  
Ciro Pereira  
Câmara Municipal de BH - MG

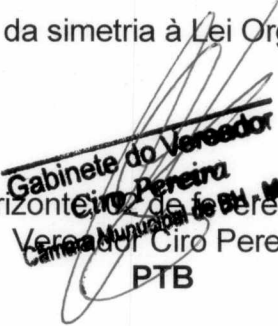


# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

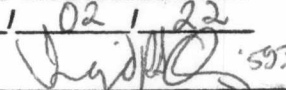
de aplicação de reajuste contratual. Vigência: 22/08/2019 a 21/02/2022. Data de Assinatura: 20/01/2022

- 1- Considerando que a empresa é uma EPP, qual o montante gasto pela prefeitura no corrente ano fiscal e no fiscal de 2021 com a referida empresa?
- 2- A PBH tem fiscalizado se esta empresa possui sócios com outras empresas e se estão de acordo com a Lei Complementar nº123?
- 3- Esta empresa foi favorecida pela Lei Complementar nº123 quando participou da licitação?

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

  
Gabinete do Vereador  
Belo Horizonte, 20 de Janeiro de 2022.  
Vereador **Ciro Pereira**  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
PTB

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública.

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
03 / 02 / 22  
  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 41/2022

Senhor Presidente, Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa, à Secretaria Municipal de Fazenda, à Controladoria Geral do Município, o seguinte pedido de informação:

Extrato do Sexagésimo Oitavo Termo Aditivo ao  
Contrato de Prestação de Serviço  
Processo licitatório PE 2015/116: 01.169.469.15.64  
Processo de contratação: 01.109.898.16.63  
Instrumento Jurídico no SUCC:  
01.2016.0803.0028.68.00  
Contratante: Município de Belo Horizonte /  
Secretaria Municipal de Fazenda.  
Contratada: Cooperativa de Transportes e Serviços  
Urbanos e Rurais Ltda. – COOPERTUR  
CNPJ: 10.687.745/0001-24  
Objeto: a revisão dos valores contratados, a  
alteração do Anexo II do Contrato e a alteração do  
valor contratual.  
Prazo de vigência: 01/02/2022 a 15/08/2022.  
Valor do aditivo: acréscimo de R\$ 5.086.287,67  
(cinco milhões, oitenta e seis mil, duzentos e  
oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos).  
Assim, vem este Vereador solicitar as seguintes informações:

- 1- Há matriz de risco para este contrato? Para qual parte está alocado o risco do aumento de combustíveis?
- 2- Gentileza apresentar a planilha de custos apresentada pela Contratada que dão lastro ao termo aditivo.
- 3- A Procuradoria avalizou este termo aditivo?
- 4- Qual o preço de combustível deu lastro à proposta e qual o preço deu lastro ao termo aditivo?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 03/02/22  
HORA 8:51:36



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- 5- A prefeitura chegou a fazer pesquisa de mercado para preço de licitar carros elétricos ou híbridos?
- 6- Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2.022.

Vereador Ciro Pereira

PTB

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública.

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

03 / 02 / 22

Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **61/2022**

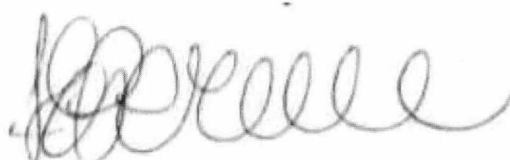
Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Diretor-Presidente da Prodabel, Sr. Leandro Moreira Garcia, pedido de informação sobre o cargo de Assessor na Diretoria de Inclusão Digital.

Tendo em vista a resposta do OFÍCIO PRODABEL - PRE-PB Nº 005/2022, pergunta-se:

- 1) Qual é o nível do cargo de assessor na Diretoria de Inclusão Digital?
- 2) Quantos cargos de nível equivalente existem no quadro da empresa?
- 3) Quando o cargo foi criado?
- 4) Há remuneração fixa estabelecida para ele? Qual é o valor?
- 5) Quais servidores ocuparam esse cargo antes do atual ocupante e quais eram as suas remunerações?

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.



Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**  
81 21 22

1659  
**Responsável pela distribuição**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 62/2022

Senhor Presidente, Vereador Wilsinho da Tabu

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa, à Secretaria Municipal de Fazenda, à Controladoria Geral do Município, o seguinte pedido de informação:

DADOS DO QUINTO TERMO ADITIVO – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DO OBJETO Especificação do aditivo: prorrogação do prazo de vigência a partir de 26/01/2022, acréscimo e supressão do objeto. I.J. nº 01.2020.2708.0017.05.00 Planilha com acréscimo e supressão: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/slu/5o-termo-aditivo-localix-contrato-014-2020.pdf> Valor do aditivo: R\$51.817.146,03 (cinquenta e um milhões, oitocentos e dezeseste mil, cento e quarenta e seis reais e três centavos) Complementação da garantia: R\$2.590.857,30( dois milhões, quinhentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos) Justificativa da necessidade do aditivo contratual: A prorrogação se faz necessária pois são serviços de natureza continuada e essenciais para a manutenção da limpeza urbana no município de Belo Horizonte. Com relação às alterações, o contrato atual opera a partir de algumas alterações de modelagem. Antes contava com URPV's funcionando de segunda a sexta-feira de 8h às 17h, sábado de 8h às 12h. Atualmente, as URPV's funcionam de segunda a sexta-feira de 7h40min às 18h, sábados e domingos de 8h às 16h. Com a expansão do funcionamento das URPV's, as ações de limpeza nas portas das mesmas devido ao descarte de material fora do horário de funcionamento reduziram consideravelmente. A extensão do horário de funcionamento das URPV's também gerou aumento na utilização destes equipamentos, com a consequente redução dos pontos de deposição clandestina pela cidade. Grande parte dos resíduos que antes eram descartados de forma inadequada (deposições clandestinas) e removidos com os caminhões que acompanham as pás carregadeiras, e também manualmente pelas equipes de serviços de multitarefa, agora é levada pelos munícipes até o interior da URPV e disposto em caçambas. Esse material é recolhido por caminhões poliguindastes. Tal mudança gerou a necessidade

CE: 11/01/2022. Legislativa-07-Fev-2022-13:43-004035-1/2




# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de ajustes nos quantitativos de massa dos serviços constantes no contrato vigente.  
Vigência: de 26/01/2022 à 25/01/2023. Data de assinatura do instrumento: 24/01/2022.

- 1- Há matriz de risco para este contrato? O que motivou o termo aditivo?
- 2- Gentileza apresentar a planilha de custos apresentada pela Contratada que dão lastro ao termo aditivo.
- 3- A Procuradoria avalizou este termo aditivo?
- 4- Qual é a porcentagem que o valor do aditivo refere-se ao valor total do contrato? Supera 25%?
- 5- Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2.022.

  
Vereador Ciro Pereira  
PTB

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública.

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
8 1 2 1 22  
1 659  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº /2022

**63/2022**

Senhor Presidente, Vereador Wilsinho da Tabu

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte e à BELOTUR, o **pedido de informação** com relação ao CARNAVAL de 2.022 de Belo Horizonte.

Por Mais de uma vez, este Vereador encaminha à PBH pedidos e explicações sobre o Carnaval de Belo Horizonte/2022. No DOM do dia 08/02/2022 consta:

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO DE PARCERIA Processo: 01.007913.20.46 - 54946. Contratante: Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR. Contratada: RESTAURANTE MARIA DAS TRANÇAS EIRELI (17.623.877/0001-31). Objeto: Renovação de contrato de parceria celebrado em 05/02/2020, o qual objetivou apoiar as ações de Promoção do Carnaval de Belo Horizonte 2020, bem como outros eventos realizados pela BELOTUR, sob forma de permuta, nos termos de sua Cláusula Primeira e proposta inicial da Contratada, com vistas à continuidade na entrega dos serviços, até que todas as contrapartidas sejam realizadas, conforme justificado nos autos. Instrumento jurídico SUCC: Não se aplica. Valor: Não se aplica. Assinatura: 01/02/22. Vigência: 12 (doze) meses contados de 05/02/22. Vinculação: Chamamento Público nº 001/2020 - Processo nº 01.129536.19.78. Número de Ordem: 1909 Registro: 04/02/2022 Livro: 19 Folha: 086

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 08/02/22  
HORA 7:32:12





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por isso, se pergunta:

- 1- O restaurante Maria das Tranças apoiará o Carnaval de Belo Horizonte de 2022?
- 2- Quais serviços estão sendo “entregues” pelo Restaurante e que continuarão a ser?
- 3- Este aditivo foi aprovado pela Procuradoria e pela Corregedoria?
- 4- Quais são as “contrapartidas” do Restaurante e por que não foram cumpridas?
- 5- Quando da celebração deste contrato, houve algum chamamento público ou edital que possibilitasse a participação de todos os interessados ou foi direcionada a contratação direta do restaurante Maria das Tranças?
- 6- Haverá, durante o carnaval, uma parte dedicada no Portal da Prefeitura para acompanhar os gastos públicos e o boletim epidemiológico?

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2022.

Vereador Ciro Pereira

**PTB**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública.

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

812122

AGS9

**Responsável pela distribuição**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Parlamentar Iza Lourença

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **65/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 135 do Regimento Interno, que seja expedido ofício as instituições arroladas neste requerimento, solicitando uma reunião institucional com os membros do Grupo de Trabalho da Região Administrativa da Região do Barreiro.

Ressalta-se que o Grupo de Trabalho supracitado foi aprovado pela Comissão de Administração Pública, através do Requerimento de Comissão 1536/2021. Nesse sentido, o plano de trabalho tem como objetivos analisar, fiscalizar, avaliar e fazer um diagnóstico dos instrumentos de participação popular e a prestação de serviços públicos em geral na região do Barreiro.

Portanto, fundamental a abertura de um diálogo institucional com o Poder Executivo com a finalidade de realizar o trabalho em cooperação e em consonância com os princípios administrativos da eficiência, supremacia do interesse público, da continuidade, especialidade e continuidade. Sendo assim, solicita-se, reunião para o dia 21/02/22, às 10 horas, com os seguintes órgãos:

1. Secretaria de Políticas Urbanas
2. Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP
3. Companhia de Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel
4. Regional Barreiro

Caso haja impossibilidade de agenda na data proposta, requer que os órgãos sugiram uma data possível.

Ao Exmo. Senhor  
Wilsinho da Tabu  
Presidenta da Comissão de Administração Pública.

Belo Horizonte, 08 de Fevereiro de 2022.

Vereadora Iza Lourença

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

81 21 22

5634

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 08/02/2022  
HORA: 13:09:19



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete Parlamentar Iza Lourença

## Requerimento de Comissão

**66/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 135 do Regimento Interno, que seja expedido ofício as instituições arroladas neste requerimento, solicitando uma reunião institucional com os membros do Grupo de Trabalho da Região Administrativa da Região do Barreiro.

Ressalta-se que o Grupo de Trabalho supracitado foi aprovado pela Comissão de Administração Pública, através do Requerimento de Comissão 1536/2021. Nesse sentido, o plano de trabalho tem como objetivos analisar, fiscalizar, avaliar e fazer um diagnóstico dos instrumentos de participação popular e a prestação de serviços públicos em geral na região do Barreiro.

Portanto, fundamental a abertura de um diálogo institucional com o Poder Executivo com a finalidade de realizar o trabalho em cooperação e em consonância com os princípios administrativos da eficiência, supremacia do interesse público, da continuidade, especialidade e continuidade. Sendo assim, solicita-se, reunião para o dia 23/02/22, às 10 horas, com os seguintes órgãos:

1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
2. Fundação de parques municipais e zoobotânica
3. Superintendência de Limpeza Urbana (Urbel)

Caso haja impossibilidade de agenda na data proposta, requer que os órgãos sugiram uma data possível.

Ao Exmo. Senhor  
Wilsinho da Tabu  
Presidenta da Comissão de Administração Pública.

Belo Horizonte, 08 de Fevereiro de 2022.

Vereadora Iza Lourença

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

8 1 2 1 22

AG99

Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA: 08/02/2022

HORA: 13:14:36



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**67/2022**

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que após ouvido este plenário, seja realizada uma audiência pública pela Comissão de Administração Pública no **dia 09/03 do corrente ano, a ser realizada no Plenário Camil Caram, às 13h30**, com a finalidade de se debater O Projeto de Lei 254/2022 que ***Estabelece normas de Governança Pública e Gestão de Riscos para gestão fiscal, orçamentária e do desempenho da receita e da despesa do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências.***

O referido Projeto de Lei, traz tema que destaca um amplo tema sobre a legalidades e procedimentos administrativos que norteiam a administração pública, com destaque para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e seus administradores. Desta forma, surge a questão de se tornar mais transparente e acessível com informações precisas que possibilitam a fiscalização do atendimento as regras legais e aos instrumentos de execução orçamentária e financeira do município, bem como a utilização de informações contábeis, para acompanhamento da contabilidade pública, que não deve ser entendida apenas como um aparato de questões técnicas e burocráticas essenciais para atendimento da legislação, mas também como principal banco de dados e informações referentes ao dispêndio dos recursos públicos. O PL traz a inovação da utilização de índices ou quocientes como parâmetros contábeis preestabelecidas que relacionam itens e/ou conjuntos de itens entre si, que permite ao analista inferir sobre tendências e checar os resultados apurados com índices padrões de resultados.

Destacamos ainda a importância da audiência por se tratar de projeto de lei que dispõe sobre tema importante para administração pública, tratado pelo Decreto Federal nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, trata a governança

**Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte**

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343  
E-mail: ver.wilsinodatabu@cmbh.mg.gov.br - 1 de 2 páginas - Whatsapp: 97164-3097

DT 17.04.2022 - Iniciativa-09-Fev-2022-1314-004040-1/2



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Para a realização desta audiência, torna-se de extrema importância a presença dos seguintes profissionais, para debaterem sobre o tema:

1 – **Professor Nilton de Aquino Andrade** – Mestre em Contabilidade, membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis;

2 – **Sr. Carlos Tiago Jorge de Azevedo** – Especialista em Administração Pública, Cientista Social, Presidente do Instituto Minas Gerais de Ciência Pesquisa e Inovação;

3 – **Sr. Gabriel Senra da Cunha Pereira** – Advogado Mestre em Direito Público, professor universitário.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2022

**Vereador Wilsinho da Tabu**  
**Partido Progressistas**  
**2º Secretário da Mesa Diretora CMBH**

A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Comissão de Administração Pública

<b>PROPOSIÇÃO INICIAL</b>
Avulsos distribuídos
Em <u>08 / 02 / 2022</u>
<u>América 623</u>
Responsável pela distribuição

**Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte**

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343  
E-mail: ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br - 2 de 2 páginas - Whatsapp: 97164-3097



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

## **Requerimento de Comissão**

**68/2022**

### **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Senhor Presidente,

Considerando que a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio desta Comissão de Administração Pública, aprovou, em 24 de novembro de 2021, a constituição de Grupo de Trabalho - GT visando promover estudos relativos à situação dos empregados concursados da BHTRANS diante da extinção da empresa e criação da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – SUMOB estabelecida na Lei Municipal Nº 11.319/2021.

Para a consolidação do diagnóstico institucional foi identificada a necessidade de obtenção de informações objetivas e confiáveis em relação à garantia dos direitos à aposentadoria dos empregados públicos concursados da BHTRANS, vinculados ao quadro de pessoal desta empresa, desde o ano de 1992 até 31 de dezembro de 2021.

Nos termos do Regimento Interno da CMBH apresentamos o requerimento com pedido de informações junto ao diretor da BHtrans Senhor Diogo Prodescimi:

1- Considerando a atual estrutura organizacional da BHTRANS (vigente até 31 de dezembro de 2021, quais os seguintes dados:

- a) Número de empregados aposentados pelo INSS, em data anterior à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 ?
- b) Número de Empregados Aposentados pelo INSS, após à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (desligamento compulsório)?
- c) Número de Empregados Aposentados pelo INSS com idade superior a 75 anos de idade, conforme Orientação Normativa PGM Nº 011/2016 (desligamento compulsório);
- d) Número de Empregados públicos concursados, contratados sob regime celetista (Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT), ainda não aposentados

**Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte**

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 – Santa Efigênia – BH/MG – Tel. 3555-1343  
E-mail: ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br - 1 de 2 páginas - Whatsapp: 97164-3097

Ver. Wilsinho Data Bu - Ativa - 08-Fev-2022 - 14:43 - 000046-1/2



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

até 1º de janeiro de 2022 (data de início das atividades da SUMOB conforme Lei Nº 11.319/2021)?

2- Segundo estimativas, qual o número de aposentadorias dos empregados públicos concursados da BHTRANS, ano a ano, a partir de 1º janeiro de 2022, considerando somente os critérios básicos de tempo de trabalho e idade para homens / mulheres, até o teto de 15 (quinze) anos estabelecidos na Lei Nº 11.319/2021 para a liquidação da empresa?

3- Qual a proposta do Poder Executivo para a oferta Plano de Desligamento Voluntário – PDV, explicitando vantagens e expectativa de prazo para adesão dos empregados públicos interessados?

4- Qual a disponibilidade de rubrica orçamentária específica para custeio do PDV, bem como a fonte de recursos?

5- Como será considerada e aplicada a Orientação Normativa PGM Nº 011/2016, que trata da aposentadoria compulsória dos empregados públicos aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, vigente desde 04 de janeiro de 2016, conforme publicação em Diário Oficial do Município de Belo Horizonte?

6- Como serão consideradas as questões relacionadas a direitos sobre Planos de Saúde dos empregados públicos concursados da BHTRANS nos seguintes casos:

a) aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade;

b) Plano de Desligamento Voluntário – PDV ?

Requeremos a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2022

**Vereadora Iza Lourença**

**Vereador Wilsinho da Tabu**

A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Comissão de Administração Pública

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 08/02/2022
376
Responsável pela distribuição

**Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte**

Avenida dos Andradas, 3.100 - Gab. B307 - Santa Efigênia - BH/MG - Tel. 3555-1343  
E-mail: ver.wilsinhodatabu@cmbh.mg.gov.br - 2 de 2 páginas - Whatsapp: 97164-3097





**OF. SMGO/DALE Nº 059 /2022**

Belo Horizonte, 03 /02 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.793/2021** – Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.963/21, de 27/12/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.793/2021, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre as legislações vigentes acerca das atividades da Controladoria.

Consultada, a Controladoria Geral do Município emitiu resposta por meio do Ofício/CTGM/CMBH/ 044/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Josué Costa Valadão**

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

CTG - 044/2022 - 04-Fev-2022 - 14:48:00 - 000026-1/2





**Ofício/CTGM/CMBH/ 044 /2022**

**Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2022.**

Excelentíssima Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente e considerando o teor do Ofício Dirleg nº 4.964/21, no qual informa que a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou, em 22/12/2021, o Requerimento de Comissão nº 1.793/21, de autoria da vereadora Fernanda Pereira Altoé, sirvo-me do presente para informar-lhe que as normas vigentes acerca das atividades da Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte – leis, decretos, portarias, estas, normas de organização e funcionamento internos - estão disponíveis, para consulta, no site: <https://prefeitura.pbh.gov.br/controladoria/legislacao>.

Na oportunidade, considerando que a atualização dos aspectos conceituais e práticos da ação de controle interno no setor público municipal, no que diz respeito à atuação da Controladoria Geral do Município, objetiva adequar a sua missão institucional às finalidades dispostas na Constituição Federal e demais normas de regência, entendo pertinente destacar a legislação abaixo indicada, que tem como referência de pesquisa, além do site da Prefeitura de Belo Horizonte, em

Exma. Senhora

**Vereadora Nely Aquino**

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



epígrafe, o próprio site da Câmara Municipal de Belo Horizonte:  
<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>

**Lei nº 11.300, de 05 de agosto de 2021.**

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta, e dá outras providências.

**Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017.**

**Ementa:** Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.

**Decreto nº 17.072, de 27 de fevereiro de 2019.**

Institui a Infraestrutura Municipal de Dados Abertos do Poder Executivo e o Comitê Gestor dos Conteúdos de Transparências e Acesso à Informação e Dados Abertos do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte.

**Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.**

Regulamenta, nos termos da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública municipal.

**Decreto 16.897, de 07 de maio de 2018 e alterações posteriores**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e valores que compõem o patrimônio dos agentes públicos no âmbito do Poder Executivo, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências

**Decreto 16.769, de 09 de novembro de 2017 e alterações posteriores**

Dispõe sobre as atividades da Subcontroladoria de Auditoria no âmbito da administração direta e indireta de Belo Horizonte e dá outras providências.

**Decreto nº 16.738, de 06 de outubro de 2017 9Republicado em 10/10/2017) e alterações posteriores**

Dispõe sobre a organização da Controladoria Geral do Município.



**Decreto nº 14.906, de 15 de maio de 2012.**

Dispõe sobre o acesso a informações previsto na Lei Federal nº 12.527/11 e dá outras providências.

Sem mais, renovo estimas e considerações.

Atenciosamente.

**Leonardo de Araújo Ferraz**  
Controlador-Geral do Município

Exma. Senhora  
**Vereadora Nely Aquino**  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

